

## JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

*Advogado-Geral da União. Professor Associado de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da USP. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do UniCEUB. Livre-Docente em Direito Constitucional (USP), Doutor (USP) e Mestre (UFRGS) em Direito do Estado. Foi: Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Consultor-Geral da União.*

# INVIOLABILIDADE PARLAMENTAR

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, inverno de 2020  
quartierlatin@quartierlatin.art.br  
www.quartierlatin.art.br

# JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

*Inviolabilidade Parlamentar*

São Paulo: Quartier Latin, 2020.

ISBN 978-65-5575-013-3

1. Direito Constitucional 2. Inviolabilidade Parlamentar I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Antonio Marcos Cavalheiro

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

*Whatsapp:* +55 11 9 9431 1922

*Email:* quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Nota do autor .....	9
Agradecimentos.....	11

## PREFÁCIO, 13

## INTRODUÇÃO, 17

### PARTE I

#### EVOLUÇÃO HISTÓRICA E NATUREZA DA INVOLABILIDADE PARLAMENTAR, 29

Capítulo 1 – Conceito e Origens .....	31
Capítulo 2 – Natureza da Inviolabilidade Parlamentar.....	51
Capítulo 3 – Consectários da Inviolabilidade .....	63

### PARTE II

#### INVOLABILIDADE PARLAMENTAR NAS DEMOCRACIAS ESTÁVEIS, 85

Capítulo 1 – Parâmetros para um Modelo de Análise.....	87
Capítulo 2 – Disciplina da Inviolabilidade nas Constituições	
Resultantes do Corte .....	97
Kilbourn v. Thompson, 103 U.S. 168 (1880).....	124
Tenney v. Brandhove, 341 U.S. 367 (1951).....	126
United States v. Johnson, 383 U.S. 169 (1966) .....	128
Dombrowski v. Eastland, 387 U.S. 82 (1967) .....	131
Powell v. McCormack, 395 U.S. 486 (1969).....	132
United States v. Brewster, 408 U.S. 501 (1972) .....	134
Gravel v. United States, 408 U.S. 606 (1972).....	138
Doe v. McMillan, 412 U.S. 306 (1973).....	143
Eastland v. United States Servicemen's Fund, 421 U.S. 491 (1975).....	148
United States v. Helstoski, 442 U.S. 477 (1979) .....	150
Hutchinson v. Proxmire, 443 U.S. 111 (1979).....	151
Análise crítica da linha de precedentes da Suprema Corte .....	156

Capítulo 3 – Avaliação das Diferentes Versões e Limites Típicos Observados .....	161
-------------------------------------------------------------------------------------	-----

### **PARTE III**

#### **INVIOLABILIDADE PARLAMENTAR NO DIREITO BRASILEIRO, 175**

Capítulo 1 – Inviolabilidade nas Constituições Brasileiras .....	177
Capítulo 2 – Inviolabilidade na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	205
Capítulo 3 – Inviolabilidade: como Compreendê-la na Democracia Brasileira.....	267

#### **CONCLUSÃO, 295**

Uma teoria da representação política.....	300
Uma teoria dos valores superiores do ordenamento jurídico .....	301

#### **ANEXO I, 309**

#### **ANEXO II, 317**